

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.404 - SP (2019/0220141-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
PROCURADORE : FRANCESLI APARECIDA SENO FRANCESCHI - SP081644
S
FREDERICO DUARTE - SP131135
AGRAVADO : LIDIA SATOKO ISECHI CILURZO
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS GOMES - SP091294
TÂNIA CRISTINA SIQUEIRA GOMES - SP135799

DECISÃO

Trata-se de agravo fundado no art. 1.042 do CPC interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 1.030, I, "b", do CPC, por entender que o acórdão recorrido decidiu a questão da prescrição da execução fiscal em conformidade com o precedente obrigatório formado no julgamento do Recurso Especial repetitivo 1.102.431/RJ, assentando, ainda, a inadmissibilidade do apelo nobre, pelo óbice da Súmula 7 do STJ, na parte em que o recorrente busca "o reexame do elementos fáticos que serviram de base à decisão recorrida".

O TJ/SP confirmou a aplicação do referido precedente obrigatório em sede de agravo interno (e-STJ fls. 188/191).

Passo a decidir.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Do que se observa, o fundamento condutor adotado na decisão *a quo* é o de que o acórdão recorrido está em sintonia com precedente obrigatório desta Corte Superior, segundo o qual "a perda da pretensão executiva (...) não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário" (REsp 1.102.431/RJ), sendo certo que a menção à aplicação da Súmula 7 do STJ também se refere a essa mesma questão, visto que o recurso especial da Edilidade apenas se insurge contra a decretação da prescrição, ao argumento de que "a demora na citação se deu por culpa exclusiva dos mecanismos da Justiça".

Ocorre que, de acordo com o disposto no art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, é cabível agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão que está em conformidade com o entendimento do STJ exarado no julgamento de recursos repetitivos. Confira-se:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – negar seguimento:

[...]

b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão

Superior Tribunal de Justiça

que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

Esse agravo interno é a sede própria para se demonstrar eventual falta na aplicação de tese firmada no paradigma repetitivo em face da realidade do processo.

Em razão dessa previsão normativa, é firme o entendimento desta Corte no sentido de que é incabível o agravo do art. 1.042 do CPC/2015 contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base na aplicação de tese firmada em sede de recurso repetitivo, publicada a partir de 18 de março de 2016, quando entrou em vigor o CPC/2015.

Frise-se que, no presente caso, a aplicação do aludido precedente repetitivo já foi confirmada pelo TJ/SP em sede de agravo interno, estando, pois, esgotada a jurisdição acerca do tema da prescrição.

Ante o exposto, com base no art. art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator